



Câmara Municipal de Santa Bárbara D'Oeste

“Palácio 15 de Junho”



REQUERIMENTO Nº 16/2022

Requer informações acerca sobre o programa Auxílio Brasil para substituir o Bolsa Família no município de Santa Bárbara d'Oeste.

Senhor Presidente,
Senhoras Vereadoras,
Senhores Vereadores,

CONSIDERANDO que o Poder Legislativo, através de seus Membros legalmente eleitos pela população, tem como uma de suas atribuições fiscalizarem o Poder Executivo no âmbito de seus atos;

REQUEIRO que, nos termos do Art. 10, Inciso X, da Lei Orgânica do município de Santa Bárbara d'Oeste, combinado com o Art. 63, Inciso IX, do mesmo diploma legal, seja oficiado Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para que encaminhe a esta Casa de Leis as seguintes informações:

1. De acordo com os critérios do novo programa assistencial Auxílio Brasil, qual é a estimativa de pessoas atendidas na cidade de Santa Bárbara d'Oeste?
2. O Poder Executivo tem interesse em aderir ao programa?
3. Quantas pessoas que eram assistidas pelo Bolsa Família não se enquadram nos requisitos para recebimento do Auxílio Brasil?
4. Se Houver interesse, de que forma atuará na execução do programa? O que mudará, neste quesito, em relação ao Bolsa Família?

Justificativa

O Auxílio Brasil é o novo programa social do governo federal e é direcionado a famílias em situação de extrema pobreza ou em situação de pobreza, que possuem em sua composição gestantes ou pessoas com idade até 21 anos incompletos, sendo este criado para substituir o Bolsa Família.

De acordo com o Ministério da Cidadania, responsável pelo benefício, o Auxílio Brasil integra em um só programa várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda.



Câmara Municipal de Santa Bárbara D'Oeste "Palácio 15 de Junho"

Sendo que a expectativa do governo federal é de que o novo programa social amplie o número de beneficiários. Por isso, segundo informações do próprio governo, as famílias contempladas com o Auxílio Brasil devem chegar a 17 milhões em dezembro. O Auxílio Brasil funciona da mesma forma que o Bolsa Família: famílias inscritas no Cadastro Único que estejam nas condições previstas no programa recebem um valor mensal enquanto forem elegíveis a ele.

Contudo, o valor é recebido em contas de poupança social digital e pode ser movimentado com o cartão do Bolsa Família. Segundo a Caixa Econômica Federal, responsável pelos pagamentos, a senha do cartão continua a mesma. Esse cartão tem o NIS (Número de Identificação Social), que mostra a inscrição do beneficiário no programa. E ele é importante porque define a data de recebimento do benefício. Depois, haverá um cartão específico do novo programa.

Além disso, o governo federal informou em nota enviada à imprensa que esse programa também terá o objetivo de fazer com que as pessoas não precisem de um programa social.

Por esse motivo, explicou o governo, o Auxílio Brasil tem diversas modalidades de benefício. Além disso, terá também uma Regra de Emancipação.

Nessa Regra de Emancipação, os beneficiários que tiverem aumento da renda por pessoa e essa mesma renda ultrapassar o limite permitido para inclusão no Auxílio Brasil serão mantidos na folha de pagamento por mais 24 meses (2 anos).

Sendo assim, a família que deixar de receber o Auxílio Brasil por vontade própria ou após esses 24 meses desde que excedeu o teto liberado para ter direito ao benefício poderá retornar ao programa com prioridade, sem fila, se voltar a atender os critérios de elegibilidade.

Portanto, em um contexto em que o desemprego e a inflação têm atingido altos patamares, e a perspectiva de melhora a curto/médio prazo é baixa por muitos fatores, os programas assistenciais desempenham um papel essencial de proteção da vida de muitas famílias.

Plenário "Dr. Tancredo Neves", em 09 de janeiro de 2.022.

Eliel Miranda

-vereador-